

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNO BEZERRA CAVALCANTE

VANESSA VITÓRIA ARAÚJO DE ALMEIDA

**AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL:
OS MECANISMOS DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTAS DE APOIO AOS MICRO
E PEQUENOS EMPRESÁRIOS**

MACEIÓ

2020

BRUNO BEZERRA CAVALCANTE
VANESSA VITÓRIA ARAÚJO DE ALMEIDA

**AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL:
OS MECANISMOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTAS DE
APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado a coordenação do curso de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal de Alagoas, como parte das
exigências para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Paulo Sérgio Cavalcante

Paulo Sérgio Cavalcante

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB4-1251

C377d Cavalcante, Bruno Bezerra.

As dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas no Brasil: os Mecanismos da contabilidade como ferramentas de apoio aos micros e Pequenos empresários / Bruno Bezerra Cavalcante, Vanessa Vitória Araújo de Almeida – 2020.

40 f. : il.

Orientador: Paulo Sérgio Cavalcante.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 39-40.

1. Empresa - Brasil. 2. Micro e pequenas empresas – Gestão financeira. 3. Educação financeira. 4. Contabilidade gerencial. I. Almeida, Vanessa Vitória Araújo de. II. Título.

CDU: 657.05

RESUMO

Esta pesquisa retrata um pouco do quadro atual das micro e pequenas empresas brasileiras (MPE), abordando algumas das muitas dificuldades enfrentadas no mercado. Elementos como a falta de educação financeira fazem com que uma quantidade assustadora de empresas feche todos os dias no Brasil. Sabe-se que a contabilidade gerencial, a administração, e a economia, guardam conhecimentos de gestão largamente utilizados nas grandes organizações, mas seriam essas ferramentas úteis às pequenas empresas? Seria possível introduzir algumas dessas ferramentas na estrutura delas e na mente dos empresários, ajudando a diminuir essa taxa de mortalidade? Considerando isto, o presente trabalho explora ferramentas da contabilidade gerencial, relacionando e explicando da forma mais simples possível, na expectativa de que a pesquisa possa ser útil aos profissionais da classe, e aos empresários, com ferramentas simples, mas de grande impacto no desempenho organizacional.

Palavras Chave: MPE (Micro e pequenas empresas), educação financeira, contabilidade gerencial, economia, administração.

ABSTRACT

This research shows a little of the current picture of Brazilian micro and small companies (MPE), addressing some of the many difficulties faced in the market. Elements such as lack of financial education make a frightening number of companies close every day in Brazil. You know which management accounting, management and economics hold management knowledge widely used in large organizations, but what are these useful tools for small businesses? Would it be possible to change some of these tools in the structure and mind of entrepreneurs, helping to reduce these mortality rates? That is, the present paper explores management accounting tools, relating and explaining as simply as possible, in the expectation that a survey may be useful for professionals in the class, and for entrepreneurs, simple tools, but with great impact on organizational performance.

Keywords: micro and small enterprises, financial education, management accounting, economics, administration.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	JUSTIFICATIVA	8
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA.....	9
1.3	OBJETIVOS	9
1.3.1	OBJETIVOS GERAIS	9
1.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	CONTABILIDADE GERENCIAL	9
2.2	CONTABILIDADE DE CUSTOS	11
2.3	BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO.....	12
2.3.1	ATIVO CIRCULANTE	13
2.3.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	14
2.3.3	PASSIVO CIRCULANTE.....	15
2.3.4	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	16
2.3.5	PATRIMONIO LÍQUIDO	16
2.3.6	MODELO SIMPLIFICADO DE BALANÇO PATRIMONIAL.....	18
2.4	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SIMPLIFICADO.....	19
2.4.1	MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SIMPLIFICADO	21
2.5	PONTO DE EQUILÍBRIO.....	23
2.6	FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA	24
2.6.1	IMPOSTOS SOBRE O LUCRO – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA.....	24
2.6.2	IMPOSTO SOBRE A VENDA E DESPESA DE VENDA	25
2.6.3	CUSTO DIRETO OU VARIÁVEL.....	25
2.6.4	CUSTO INDIRETO OU FIXO.....	26
2.6.5	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, COMO FAZER PREÇOS COMPETITIVOS.....	26
2.7	APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL.....	26
2.8	PLANEJAMENTO	27
2.9	CONTROLE	27
2.10	TOMADA DE DECISÃO	28
2.11	FERRAMENTAS DE APOIO	29
2.12	ANÁLISE DA TEORIA DINÂMICA (FLEURIET)	29
2.13	INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS.....	29
2.13.1	INDICADORES DE LIQUIDEZ.....	30
2.13.2	INDICADORES DE RENTABILIDADE	30

2.13.3	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO.....	30
2.14	ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL.....	31
2.15	TOMADA DE DECISÃO	32
2.16	ESTUDOS RELACIONADOS	33
2.17	AS INFORMAÇÕES DA CONTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ESTUDOS CORRELATADOS.....	35
3	METODOLOGIA.....	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5	BIBLIOGRAFIA	38

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas têm demonstrado que o Brasil tem altíssima taxa de mortalidade empresarial, segundo dados divulgados pelo IBGE, em 2016 o número de empresas fechando foi maior que o número de aberturas¹.

É evidente que existem inúmeras dificuldades enfrentadas pelos empresários brasileiros, neste mesmo ano o SEBRAE divulgou uma pesquisa onde a *falta de conhecimento* apareceu como uma das três maiores dificuldades no primeiro ano de atividade da empresa².

Neste âmbito a Contabilidade Gerencial vem preencher esse espaço, de forma eficaz, gerando informações objetivas, claras, úteis e relevantes à tomada de decisão, visto que as técnicas combinam a contabilidade financeira com várias áreas do conhecimento dos negócios. Segundo Silva & Campos (2006) no processo de comunicação, a codificação e decodificação dessas informações não obedecem aos mesmos critérios provocando distorções, ou mesmo fazendo com que as informações não sejam utilizadas.

Tendo isso em vista, e considerando que o micro e pequeno empresário brasileiro assume o papel de “faz tudo” na empresa, é certo afirmar que o tempo empregado para entender, analisar e aplicar as técnicas de gestão é quase nenhum.

É sobre esse prisma que se desdobrou o presente trabalho, buscando entender os mecanismos de gestão que a contabilidade fornece, afim de que possa contribuir, pelo digno exercício da profissão de contador, para o desenvolvimento do país, dotados de conhecimento sobre gestão.

Sabe-se que os mecanismos da contabilidade gerencial têm sido ferramentas indispensáveis às grandes organizações, mas seriam essas ferramentas aplicáveis à micro e pequenas empresas? A aplicação desses métodos ajudaria a reduzir a

¹ < <https://noticias.r7.com/economia/mais-de-60-mil-empresas-fecharam-as-portas-em-2016-diz-ibge-27062018> > Disponível em: 29/02/2020

² <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD?codUf=26&origem=estadual> > Disponível em:29/02/2020

mortalidade empresarial no Brasil? No intuito de responder a estas perguntas, é que se fundamenta esta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

As pequenas empresas enfrentam inúmeras dificuldades no Brasil, e neste ponto a contabilidade voltada à gestão fornece ferramentas de apoio muito úteis ao seu desenvolvimento, a pesquisa demonstra os benefícios que essas ferramentas podem trazer às organizações que venham delas se utilizarem, e que é algo acessível às micro e pequenas empresas, considerando suas limitações de recursos, de estrutura física e organizacional, falta de educação financeira, dentre outros fatores.

Os contadores têm sob seus cuidados muitas dessas empresas, e acompanham de perto esses micros empresários, mas devido à complexidade do sistema tributário brasileiro e sobrecarga de obrigações acessórias, há também a falta de educação financeira e conhecimento sobre gestão que também são deficiências muito presentes na classe.

A realização desta apresenta conceitos e ferramentas necessários às decisões de manutenção e também alteração do pensamento e filosofia empresarial, gerando maior qualidade e desempenho organizacional, aumentando a geração de empregos no país, e contribuindo para o PIB.

Foram utilizados como base, os princípios e ferramentas da gestão empresarial, com enfoque nas que se originam da contabilidade, e que podem ser utilizadas por qualquer empresa, do maior ao menor porte.

Apresentamos algumas pesquisas que foram feitas por diversos autores da área que vêm estudando e aplicando essas metodologias no meio organizacional. O trabalho destaca seus principais pontos de implementação e os resultados que as empresas obtiveram com sua implementação.

Ora, se a grande maioria das micro e pequenas empresas já pagam por um serviço de contabilidade, por que não utilizar isto a seu favor? E não somente com a finalidade de atender ao fisco ou participar de licitações, que é o mais comum, mas também para o seu crescimento e garantia de sustento em longo prazo.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Sabendo da alta taxa de mortalidade e das dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas no Brasil, teria a contabilidade gerencial ferramentas simples e de baixo custo que possam ajudar nesse processo?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVOS GERAIS

Explorar o conhecimento estabelecido sobre contabilidade gerencial, apresentando-a como fonte de ferramentas que podem auxiliar no processo de tomada de decisão das empresas.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Retratar a importância que as MPEs possuem como a parcela no PIB e geração de empregos;
- Abordar as dificuldades enfrentadas pelos micros empresários;
- Explorar as ferramentas que são utilizadas nas grandes organizações, mas que podem ser utilizadas também nas pequenas empresas, melhorando e implementando organização, mensuração e controle.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial surgiu e evoluiu com o tempo, por uma necessidade das organizações, visto que conforme o mercado, as pessoas, e conseqüentemente as empresas evoluem, têm organizações maiores e mais complexas, necessitando de mais controle e ferramentas que possibilitem tomadas de decisões de forma segura.

Iudícibus (2006, p. 21) nos esclarece que “a Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc.,

colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório”.

Este processo não tem uma fórmula preestabelecida, não possui princípios e também não tem finalidade definida. Entretanto, para demonstrar como as informações oriundas da contabilidade são úteis no gerenciamento diário, vamos estabelecer três fases indispensáveis para obter um controle adequado do desempenho da organização: planejamento, apuração e análise dos resultados. (Antonik, 2016, p.40).

É diante deste comportamento que vimos dar nossa pequena contribuição para um melhor entendimento sobre o tema, esta abordagem foi feita com o auxílio de material didático buscando averiguar o conteúdo proposto a este TCC, que está diretamente relacionado com a apuração do assunto apresentado, de forma a conseguir passar maior veracidade no que foi levantado.

De acordo com o trabalho divulgado pelo *International Federation of Accountants* (IFAC) em 1998, a evolução da Contabilidade Gerencial está dividida em quatro fases:

1) Primeira fase: durou até 1950, sendo o foco na determinação do custo e controle financeiro mediante o uso de orçamento e contabilidade de custos.

A Contabilidade Gerencial, nessa fase, era vista como uma atividade técnica necessária para perseguir os objetivos organizacionais;

2) Segunda fase: de 1950 até 1965, período em que a atenção estava voltada para o fornecimento de informação para planejamento e controle gerencial por meio do uso de análise de decisão e responsabilidade contábil. Nessa fase, a Contabilidade Gerencial era vista como uma atividade de gerenciamento, como função de apoio, fornecendo informações para planejamento e controle;

3) Terceira fase: de 1965 até 1985, período em que a atenção focava a redução de perdas de recursos nos processos, sendo utilizada a análise de processos e gerenciamento de custos. A Contabilidade Gerencial, nessa fase, passou a ser vista como parte integrante do processo de gestão;

4) Quarta fase: de 1985 até os dias de hoje, seu foco está na geração ou criação de valor por intermédio do uso efetivo dos recursos, utilizando direcionadores como valor para o consumidor, valor para o acionista e inovação organizacional.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Um importante ramo da Ciência da Contabilidade Gerencial, é a Contabilidade de custos, aqui, temos técnicas que surgiram ao longo do tempo, com a necessidade das empresas, buscando identificar os gastos com a produção, da forma menos subjetiva possível, para que com maior precisão nas mensurações, consequentemente as tomadas de decisão sejam menos arriscadas e mais precisas.

A maioria das empresas, não tem acesso à mão de obra capacitada para formar preços. Essas organizações reúnem grosseiramente os custos, acrescentam um “markup” e está feito. Infelizmente, para agravar a situação, algumas firmas observam os preços da concorrência e consideram esse processo como formação de preços. Tal situação é muito comum nas MPE’s” (Antonik, 2016, p. 247)

Conforme diz o autor, é comum esse comportamento adotado por muitas empresas brasileiras, porém, essa simplificação esconde os detalhes que são tão importantes para a tomada de decisão, e acabam por inviabilizar as operações de muitas empresas em ambientes mais competitivos.

Vamos tentar abordar de forma simples os principais elementos da contabilidade de custos que consideramos de grande utilidade e fácil aplicabilidade para os pequenos empresários.

Apesar da sua maior ênfase e aprofundamento ser na área industrial, a contabilidade de custos também tem aplicação nos setores de comércio, serviço e de produção agrícola.

Segundo Viceconti e Neves (1995, p. 8) “Custo, é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços; são todos os gastos relativos à atividade de produção”.

Para Leone (1997), a Contabilidade de Custo é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

Assim sendo, a contabilidade de custos busca uma mensuração mais próxima do real, para que se tenha uma visão melhor e mais clara das atividades da empresa, auxiliando na tomada de decisão.

2.3 BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO

O balanço patrimonial visa evidenciar a natureza dos valores que compõem o patrimônio da empresa (Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido) na data de sua elaboração. Demonstra desta forma, a posição patrimonial e a posição financeira da empresa. Padoveze(2007, p. 69) define balanço patrimonial como “uma peça contábil em que é canalizado todo o resultado das operações da empresa e das transações que terão realização futura”. Para Marion (1998, p. 53) “o balanço patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período estabelecido”. Conforme Perez Júnior e Begalli (1999, p. 66) “o objetivo do balanço patrimonial é apresentar o patrimônio da entidade”.

O Balanço Patrimonial é elaborado segundo os princípios contábeis geralmente aceitos e, de acordo com a NBC T.3.2, sua estrutura está dividida em três grandes grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

O Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.

O Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Essa abordagem de divisão é proveniente da equação básica da contabilidade em que a soma dos bens e direitos se iguala à soma das obrigações e situação líquida.

O CPC 26 não apresenta ordem a ser seguida no Balanço Patrimonial, visto que as normas internacionais também não apresentam tal ordem. Porém, a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) estabelece a ordem a ser seguida:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

(...)

I - ativo circulante; e

II - ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

(...)

I - passivo circulante;

II - passivo não circulante; e

III - patrimônio líquido, dividido em capital social, reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Ainda, os artigos 179 e 180 da referida lei dispõem sobre a classificação das contas:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

(...)

VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

2.3.1 ATIVO CIRCULANTE

A legislação societária brasileira dispõe que, no Ativo Circulante, serão alocadas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte (Lei nº 6.404/76, artigo 179, inciso I).

O CPC 26 apresenta os princípios para o reconhecimento do Ativo Circulante:

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a)** espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (b)** está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (c)** espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- (d)** é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O pronunciamento também define que o ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses.

Adicionalmente, a Lei nº 6.404/76 (artigo 179, parágrafo único) dispõe que, na entidade em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

2.3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 179, dispõe sobre a classificação do Ativo Não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

Investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

Imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

Intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Sobre a classificação do Ativo Não Circulante pela legislação societária brasileira, assim consta do **Manual de Contabilidade Societária** (Fipecafi, 2º Ed., 2013, pg. 188):

O art. 179 da Lei nº 6.404/76, em seu item III, estabelece que se classificam "Em Investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa".

Em relação aos "direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem a manutenção da atividade da companhia ou da empresa", houve aqui um pequeno lapso da lei, que deveria ter adicionado "e não classificáveis também no Realizável em Longo Prazo". Devemos, por isso interpretar o texto legal com a inclusão dessa expressão adicional. Cabe entender que os demais investimentos também devem ter a característica de permanente, isto é, não se destinam à venda ou não fazem parte de operações descontinuadas. Adicionalmente, podem ser constituídos por ativos que não tem ainda uma efetiva utilização na manutenção da atividade da empresa, mas que são mantidos para vir a tê-la no futuro.

Verifica-se por esse texto legal que, no subgrupo Investimentos, deverão estar classificados dois tipos de ativos: as participações permanentes em outras sociedades e outros investimentos permanentes. "Neste último subgrupo deverão estar classificadas as propriedades para investimento, quando existirem, mas separadamente das participações permanentes em outras sociedades e de outros investimentos permanentes".

Sobre o Ativo Não Circulante, o CPC 26 apresenta a mesma tratativa da legislação societária em seu item 67A:

67A. O ativo não circulante deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O pronunciamento utiliza a expressão "não circulante" para incluir ativos tangíveis, intangíveis e ativos financeiros de natureza de longo prazo.

2.3.3 PASSIVO CIRCULANTE

A legislação societária brasileira dispõe que as obrigações da entidade serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no

passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior (Lei nº 6.404/76, artigo 180).

O CPC 26 dispensa tratamento análogo ao Ativo Circulante:

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;

(b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

(c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou

(d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Assim como na tratativa do Ativo Circulante, o artigo 180 da Lei nº 6.404/76 referência ao artigo 179, parágrafo único, que indica que, na situação em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

2.3.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Diferentemente do Ativo Não Circulante, a Lei nº 6.404/76 não apresenta nenhuma segregação obrigatória deste grupo.

Conforme citado no tópico anterior, o artigo 180 da lei citada indica que as obrigações com vencimento após o exercício seguinte devem constar neste grupo.

O CPC 26 também não apresenta tratativa específica, apenas mencionando, em seu item 69, que todas as exigibilidades não classificadas no Passivo Circulante serão tratadas como Passivos Não Circulantes.

2.3.5 PATRIMONIO LÍQUIDO

A Lei nº 6.404/76 dispõe, em seu artigo 178, § 2º, alínea “d”, que o Patrimônio Líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A redação atual foi dada pela Lei nº 11.638/2007. Anteriormente, admitia-se a conta de Lucros Acumulados. Com a alteração dada em 2008 pela MP 449/2008, torna-se obrigatório as Sociedades Anônimas destinarem os lucros apurados.

A alteração realizada pela Lei nº 11.638/2007 deixa o artigo 178 em consonância com o § 6º do artigo 202, alterado pela Lei nº 10.303/2001, que dispõe que os lucros não destinados à constituição de reservas deverão ser distribuídos como dividendos.

O CPC 26 não traz orientações específicas sobre as contas de Patrimônio Líquido. Nesse sentido, a Lei nº 6.404/76 apresenta maior gama de informações sobre classificações no Patrimônio Líquido em seu artigo 182:

- a) a conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.
- b) serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:
 - 1) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
 - 2) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
 - 3) a correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado.
- c) serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo;
- d) serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia; e
- e) as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Logo, a classificação do Patrimônio Líquido será: (adaptado de Manual de Contabilidade Societária, Fipecafi, 2º Ed., 2013, Capítulo 22)

CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	Capital Social Subscrito
-----------------------	--------------------------

	Capital Social Autorizado
	(-) Capital Social a Subscriver
	(-) Capital Social a Integralizar

Reservas de Capital	Ágio na Emissão de Ações
	Reserva Especial de Ágio na Incorporação
	Alienação de Partes Beneficiárias
	Alienação de Bônus de Subscrição
	Ajuste de Avaliação Patrimonial

Reservas de Lucros	Reserva Legal
	Reserva Estatutárias
	Reservas Para Contingências
	Reserva de Lucros a Realizar
	Reserva de Lucros para Expansão
	Reserva de Incentivos Fiscais
	Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos
	Ações Em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

2.3.6 MODELO SIMPLIFICADO DE BALANÇO PATRIMONIAL

Adaptado de Manual de Contabilidade Societária, Fipecafi, 2º Ed., 2013, pg. 03.

BALANÇO PATRIMONIAL					
em 31/12/X1					
em milhares de \$					
Ativo			Passivo		
	31/12/X2	31/12/X1		31/12/X2	31/12/X1
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Clientes			Obrigações Trabalhistas		
Outros Créditos			Obrigações Tributárias		

Estoques			Outras Contas a Pagar		
Despesas Antecipadas			Provisões		
Ativo Não Circulante Mantido para Venda					
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo					
Investimentos			Patrimônio Líquido		
Imobilizado			Capital Social		
Intangível			Reservas de Capital		
			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
			Reservas de Lucros		
			Ações em Tesouraria		
--			Prejuízos Acumulados		
--			--		
Total do Ativo			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SIMPLIFICADO

A Demonstração do Resultado busca evidenciar o lucro ou prejuízo gerado pelas atividades principais e acessórias da empresa.

De acordo com Perez Júnior e Begalli (1999, p. 109), a DRE fornece informação sobre o resultado do período, que nada mais é do que a apresentação das contas de receitas e despesas, feitas de modo ordenado. Essa ordenação consiste, basicamente, na separação das receitas, custos e despesas operacionais e não operacionais e em sua apresentação na forma indicada pela legislação vigente, de forma vertical e dedutiva. Segundo Marion (1998, p. 109), ao fim de cada exercício social a contabilidade da empresa elabora, entre outras demonstrações, a DRE, na qual se observa o grande indicador global de eficiência: o retorno resultante do investimento dos donos da empresa, lucro ou prejuízo.

A Demonstração do Resultado busca evidenciar o lucro ou prejuízo gerado pelas atividades principais e acessórias da empresa. O artigo 187 da Lei nº 6.404/76 dispõe que:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Além dos itens requeridos em outros Pronunciamentos do CPC, a demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais:

- a) receitas;
- b) ganhos e perdas decorrentes de baixa de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- c) custos de financiamento;
- d) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial;
- e) tributos sobre o lucro;
- f) um único valor para o total de operações descontinuadas (ver Pronunciamento Técnico CPC 31);
- g) em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão do CPC 26, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas:
 - I. Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
 - II. Lucro bruto;
 - III. Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
 - IV. Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
 - V. resultado antes dos tributos sobre o lucro;
 - VI. Resultado líquido do período.

2.4.1 MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SIMPLIFICADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/x1	31/12/x0
RECEITA BRUTA		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		

= RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
= LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social *		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica *		
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

Fonte: Elaborado pelos autores

(*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha “Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções” Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

A Receita Bruta relaciona-se com as vendas da empresa no período, não importando se foram feitas à vista ou a prazo. Da receita bruta são deduzidos os impostos, como IPI, ICMS e outros, e ainda eventuais devoluções de vendas e abatimentos concedidos posteriormente à entrega dos produtos, resultando na Receita Líquida.

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) representa a parcela dos estoques que foi vendida no período, incorporando todo o custo envolvido na produção, como matérias-primas, mão de obra, energia, depreciação etc.

A diferença entre a receita líquida e o CPV resulta no Lucro Bruto.

Principais despesas operacionais:

(i) Despesas Administrativas: incluem os gastos com o pessoal específico da área administrativa, honorários da diretoria, dentre outras despesas;

(ii) Despesas com Vendas: representam todos os gastos de promoção, colocação e distribuição dos produtos da empresa, tais como: salários do pessoal de vendas; comissão de vendedores; propaganda e publicidade, dentre várias outras;

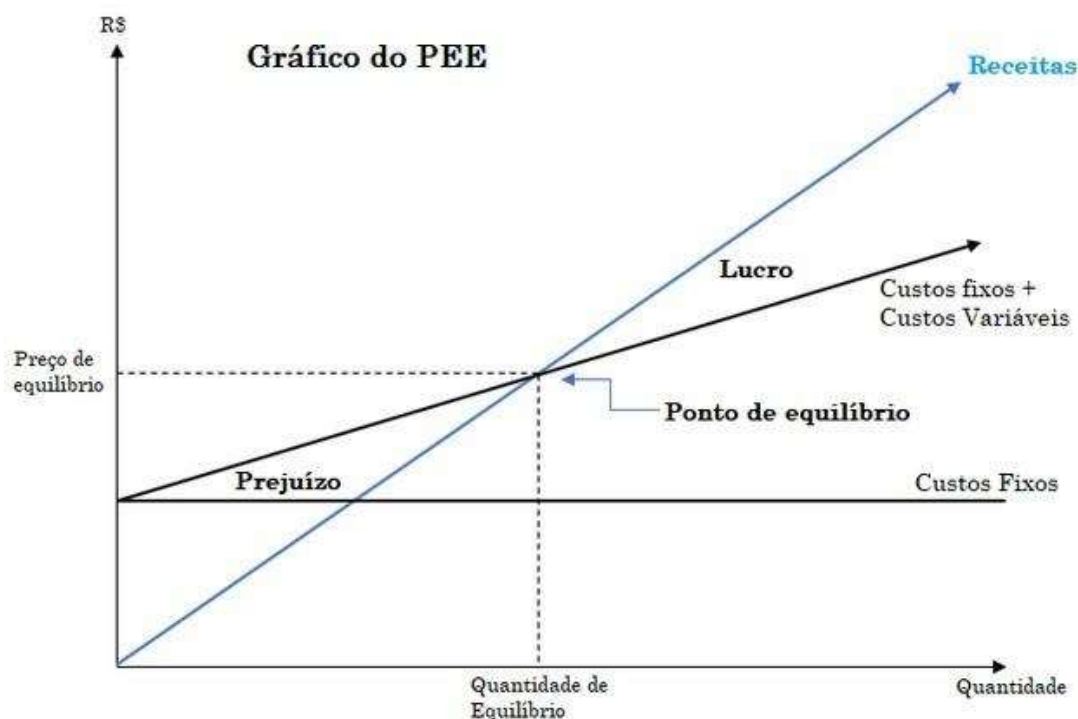
(iii) Despesas Financeiras: referem-se aos custos dos empréstimos contratados nas instituições financeiras, além de encargos de títulos e outras operações sujeitas a despesas de juros (debêntures, por exemplo). As receitas financeiras originam-se, basicamente, da aplicação no mercado financeiro das disponibilidades de recursos da empresa;

Deduzindo do Lucro Bruto todas as despesas operacionais, obtém-se o Lucro Operacional. O saldo Não Operacional refere-se às receitas ou despesas geradas fora das atividades principais da empresa, como, por exemplo, a venda como sucata de um equipamento obsoleto da produção, com lucro ou prejuízo em relação ao seu valor contábil. Do Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR), são deduzidos os impostos a pagar ao governo. Como última dedução, há as Participações Estatutárias, que se referem às participações de administradores e empregados nos lucros da companhia, de acordo com o previsto no seu Estatuto. Apura-se, então, o Lucro Líquido do Exercício, o qual é direcionado aos acionistas, sendo uma parte na forma de dividendos e outra parte incorporada ao Patrimônio Líquido, na condição de reservas e lucros acumulados.

2.5 PONTO DE EQUILIBRIO

No livro Manual Prático de Consultoria, Anélio Berti fala que o Ponto de equilíbrio, ponto de nivelamento, ponto de ruptura (*break-evenpoint*) é o ponto da produção (e venda) abaixo do qual a empresa tem prejuízo e acima do qual passa a gerar lucros.

Conseguir mensurar o ponto de equilíbrio pode ser muito útil à gestão da microempresa, pois ela poderá saber exatamente quanto e quando poderá dar descontos, criando mais competitividade no mercado, sem estar “às escuras”.



(Fonte: <https://www.dicionariofinanceiro.com/ponto-de-equilibrio-economico-contabil_financeiro/>

Disponível em: 29/02/2020)

2.6 FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA

2.6.1 IMPOSTOS SOBRE O LUCRO – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

Antonik (2016, p. 249) diz que “conceitualmente seria errado repassar para os clientes os impostos que incidem sobre o lucro, embora isso seja uma prática de algumas empresas”.

Para fins gerenciais, quando se estabelece um determinado retorno a ser alcançado, se faz necessário saber quanto esses impostos representam na sua margem, ainda que seja somente para ter ciência sobre a carga tributária exata que a empresa terá sobre suas vendas, e assim estabelecer corretamente o preço, sem que haja surpresas.

No Simples nacional eles estão embutidos no DAS (documento de arrecadação do simples nacional), o que facilita sua mensuração através de um percentual direto sobre as vendas, a alíquota tem variação de acordo o faturamento acumulado nos

últimos 12 meses, não detalharemos o cálculo, a empresa pode fazer isso de forma prática apenas usando um simulador, na internet existem várias opções gratuitas.

No lucro presumido também é fácil mensurar, pois o cálculo é feito mediante presunção de lucro sobre as vendas, em outras palavras, serão pagos na mesma proporção independentemente de a empresa ter lucro ou não. Cabendo somente uma pequena margem de subjetividade ao adicional de imposto de renda, que pode ser facilmente estimado com uma projeção de vendas.

No lucro real é impossível mensurar com exatidão os impostos que serão pagos, visto que estes serão apurados após as vendas serem confrontadas com as despesas, uma alternativa que pode ser utilizada é aplicar os percentuais desses impostos sobre a margem de lucratividade média, pois a menos que haja oscilações no seu desempenho, a empresa terá uma carga muito próxima disto. Essa informação pode ser conseguida facilmente com a contabilidade.

2.6.2 IMPOSTO SOBRE A VENDA E DESPESA DE VENDA

Esses impostos incidem sobre o valor final da mercadoria e são destacados na emissão da nota fiscal, segundo Antonik (2016, p.250) “esses tributos são de difícil entendimento, sendo necessária a orientação de um contador para poder aplicá-los corretamente. São eles: ICMS, IPI e ISS.”

O Pis e a Cofins não são impostos sobre as vendas, são contribuições, mas também são custos, nós os colocaremos dentre os Custos Diretos ou Variáveis que serão abordados mais à frente, apenas para não confundir os conceitos de Impostos com Contribuições.

As despesas são os valores pagos às operações pertinentes à venda e tem variação direta com as quantidades vendidas, como as comissões, taxas de maquinetas de cartão, bonificações, etc.

2.6.3 CUSTO DIRETO OU VARIÁVEL

Estes são os valores diretamente ligados com a mercadoria vendida, que variam exatamente na mesma proporção das vendas.

Nas empresas de comércio são os custos de aquisição da mercadoria, na indústria são as matérias primas e outros custos agregados, e na prestação de serviço é o custo das horas de trabalho juntamente com o material utilizado.

Alguns exemplos são: matéria Prima, despesas com embalagem, despesas de venda, PIS e COFINS sobre venda, despesas com mão de obra direta, dentre outros.

2.6.4 CUSTO INDIRETO OU FIXO

Estes independem da produção, em uma situação hipotética, caso a empresa não produzisse nada, ainda assim teria esses custos, eles independem da redução ou aumento do volume, por exemplo: salários dos diretores, infraestrutura, depreciação administrativa, etc.

2.6.5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, COMO FAZER PREÇOS COMPETITIVOS

O micro e pequeno empresário têm à sua disposição algumas alternativas para diminuir preços altos, em comparação com a concorrência, dentre elas:

- Diminuir os custos Fixos totais;
- Maior volume de produção;
- Diminuir o custo variável;
- Obter melhores preços de matéria-prima com os fornecedores;
- Diminuir a margem de lucro, dentre outros.

2.7 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Crepaldi (1998, p. 18) afirma que Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer ferramentas aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, mediante um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

Segundo Corbett Neto (1997, p. 159), “o objetivo de a contabilidade gerencial fornecer informações para a tomada de decisão, fazer o elo entre as ações locais dos gerentes e a lucratividade da empresa”.

Para Drucker (1990, p. 66), o objetivo da Contabilidade Gerencial é integrar a produção na estratégia dos negócios.

Especificamente, pode-se dizer que a Contabilidade Gerencial tem por objetivo:

- facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão;
- auxiliar empresários nas tomadas de decisões, a fim de controlar, planejar e corrigir falhas da empresa, proporcionando um melhor gerenciamento;
- elaborar planos administrativos e ferramentas de apoio às funções, focando a avaliação de resultados;
- auxiliar no gerenciamento de departamento, enxergar e corrigir problemas, ajudar a empresa a crescer e gerar lucros.

A Contabilidade Gerencial caracteriza-se como uma área contábil autônoma, pelo tratamento dado à informação contábil, enfocando planejamento, controle e tomada de decisão, dentro de um sistema de informação contábil, conforme mencionado a seguir:

2.8 PLANEJAMENTO

É uma definição do que será feito no futuro próximo e distante. É uma atividade fundamental, pois divulgam aos membros de uma organização as metas a serem alcançadas e os recursos necessários para atingi-las. O orçamento é um bom exemplo de planejamento. São preparados com diversos objetivos como, por exemplo, definir o lucro a ser alcançado, estimar as entradas e saídas de caixa, estimar o nível da produção, assim como os custos inerentes a cada atividade;

2.9 CONTROLE

Após a avaliação do desempenho dos gerentes na condução de suas tarefas, o controle é posto em prática com o objetivo de definir se processos e procedimentos deverão ser mantidos ou alterados. O planejamento tem influência significativa na tarefa de controle, pelo fato de os resultados serem comparados com aquilo que fora

previamente planejado. A partir daí, são definidas as ações corretivas e de aperfeiçoamento dos processos. Os relatórios de desempenho são importantes ferramentas para controle e avaliação do desempenho dos gerentes, comparando o desempenho do período atual e o desempenho do período anterior ou o planejado.

Os relatórios de desempenho não fornecem informações definitivas sobre o desempenho, apenas sinalizam as áreas que precisam de maior atenção, aquelas que apresentam desvios “relevantes” em relação ao planejado.

2.10 TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão é considerada como o estágio final em se tratando do objetivo principal da Contabilidade Gerencial. É parte integrante do processo de planejamento e controle. As decisões são tomadas primordialmente com o objetivo de alterar procedimentos ou revisar o planejamento. A forma como essas decisões são tomadas influenciarão de maneira relevante o futuro e até mesmo a continuidade dos negócios.

A Contabilidade Gerencial deve fazer a conexão entre ações locais dos gerentes e a lucratividade da empresa, para que eles possam saber que direção tomar. É uma das ferramentas mais poderosas para subsidiar a administração de uma empresa, pois seus relatórios abrangem os diferentes níveis hierárquicos e funcionam como ferramentas indispensáveis nas tomadas de decisões, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento, além de confeccionar relatórios conforme as necessidades dos administradores, muitas vezes utilizando como fonte de informações os dados contidos nos relatórios gerados pela Contabilidade Financeira, em que esses Dados são transformados em uma linguagem mais concisa e clara para o administrador.

Atualmente, como uma parte integral do processo de gestão, a Contabilidade Gerencial tem a função-objetivo de adicionar valor distintivamente pela investigação contínua sobre a efetividade da utilização dos recursos pelas organizações na criação de valor para acionistas, clientes e outros credores.

2.11 FERRAMENTAS DE APOIO

2.12 ANÁLISE DA TEORIA DINÂMICA (FLEURIET)

No modelo dinâmico são feitas algumas abordagens ligeiramente diferentes da contabilidade tradicional, como foi visto acima, no Balanço Patrimonial as contas são classificadas por liquidez e prazos, na análise dinâmica as contas são reclassificadas segundo a sua natureza: operacional, financeira ou permanente.

“Este modelo de análise tem por objetivo auxiliar o analista a estruturar uma planilha de análise com base nas principais variáveis do modelo do professor Fleuriel, visando fornecer outro ângulo de visão da empresa. O ponto de partida da análise das variáveis inicia-se com uma reestruturação do balanço patrimonial, ou seja: uma reclassificação.” Berti (2012, p. 135)

Vale ressaltar que tal reclassificação serve apenas para fins gerenciais, onde os balanços oficiais devem seguir à normativa e formatos demonstrados anteriormente.

Luiz Roberto Antonik explica que ao reclassificar o balanço tradicional para o modelo dinâmico, devemos tomar por parâmetro a natureza das contas, que são: financeiras, operacionais e permanentes. Fazendo isso, evitamos “misturar” as contas como é feito tradicionalmente.

Exemplificando de forma prática, a empresa deve se esforçar por financiar suas aplicações no Ativo Operacional, por meio do Passivo Operacional, em outras palavras, que seus estoques sejam financiados por seus fornecedores.

2.13 INDICADORES FINANCEIROS E ECONOMICOS

“Indicadores de desempenho são poderosas ferramentas de acompanhamento e avaliação de desempenho. Por possuírem uma formulação matemática, são facilmente entendidas e assimiladas por todos dentro das organizações” Antonik (2016, p.212)

O autor também explica que uma vez decididas as áreas-chave que serão acompanhadas para os quais devem ser escolhidos indicadores que realmente possuam relevância ou que tenham grande impacto no resultado.

“Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (JÚNIOR e BEGALLI, 2002, p. 235). Segundo os mesmos autores, o objetivo da análise das informações econômico-financeira, por meio de índices, é a elaboração de informações úteis aos usuários. Não é necessária a utilização de uma grande quantidade de índices, mas sim, a escolha daqueles que mais atenderão aos interessados.

Neste assunto não nos ateremos às fórmulas, pois podem ser encontradas com muita facilidade, inclusive já existem planilhas gratuitas disponíveis na internet que facilitam os cálculos, nossa intenção aqui é fazer que se entendesse o conceito, a fim de despertar a utilidade da ferramenta.

2.13.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Segundo Anélio Berti, são obtidos pelo confronto dos elementos do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo, com os elementos do passivo circulante e passivo exigível a longo prazo, e servem para aquilatar o grau de solvência das entidades, em outras palavras, a capacidade financeira de saldar os compromissos de curto e longo prazo.

2.13.2 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Como o próprio nome sugere, mostram a rentabilidade da empresa como um todo, as rentabilidades de suas operações e as rentabilidades sobre seus investimentos são importantes ferramentas para a avaliação do desempenho empresarial.

2.13.3 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Muito importantes na análise de crédito da empresa, mostram o quanto ela tem de capital de terceiros nos ativos, o quanto das suas obrigações é capital próprio (garantia de capital de terceiros) e a representação das obrigações a longo prazo em relação às obrigações totais da empresa.

2.14 ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL

Entre as diversas ferramentas de análise das demonstrações, a análise vertical/horizontal seja talvez a mais simples em termos de entendimento, mas ao nosso ver, reflete bem o pensamento de Leonardo Da Vinci, quando disse que a simplicidade era o mais alto grau da sofisticação.

Isto por que variadas e preciosas conclusões podem ser obtidas através dessas análises, que podem ser feitas em uma simples planilha. Berti (2012) fala que “A análise vertical, também denominada por análise de coeficientes, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Mostra a percentagem de participação de cada elemento em relação ao todo.”

Ela consiste simplesmente na visualização do percentual de cada conta em relação ao todo, uma regra de três, exemplo: se temos um Ativo total de R\$ 240.000,00 e um circulante de R\$ 90.000,00 dividimos um pelo outro e descobrimos que o circulante representa 37,50% do ativo total. Com isto podemos avaliar as origens e aplicações dos recursos, manter foco nas contas mais relevantes, dentre outras inúmeras possibilidades.

A análise Horizontal tem o mesmo princípio, sendo que ao invés de comprar as contas com relação a outras contas, ela faz comparações temporais, mostrando o desempenho das contas ao longo do tempo. “A análise Horizontal tem por finalidade evidenciar a evolução dos itens das demonstrações financeiras ao longo dos anos. Por meio da análise horizontal, é possível acompanhar o desempenho de todas as contas que compõem a demonstração analisada” Berti (2012, p.109)

Exemplo, suponhamos que uma empresa teve os seguintes valores do seu lucro líquido:

Exercício de X1: 5.000,00

Exercício de X1: 7.000,00

Exercício de X1: 9.000,00

Fazendo a comparação dos valores em relação aos anos anteriores poderemos acompanhar a evolução ou retração do resultado da empresa, no nosso exemplo hipotético tivemos um aumento de 80% ao longo dos 3 anos (9.000 / 5.000).

2.15 TOMADA DE DECISÃO

Segundo ensinamentos de Crepaldi (2004, p. 20), “a Contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros”. Neste diapasão, afirma também Raza (2008 apud HENRIQUE, s.n.t.- sem notas tipográficas, p. 13):

O empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio. Ao utilizar a contabilidade como ferramenta e tendo o contador como aliado na gestão da empresa, as possibilidades de continuidade do negócio serão aumentadas e as decisões serão tomadas sob uma nova perspectiva, com muito mais segurança e possibilidades de sucesso. Ocorre que, empreendedores pela falta de informação ou até mesmo por desestímulo na busca do conhecimento, e ainda, pela égide econômica, não estão levando em consideração o fato desta importância da contabilidade gerencial, em decorrência disso, esbarram-se no perigo de falência das empresas.

Dias (2010) afirma que, os gestores das micro e pequenas empresas, personalizam os seus negócios e tomam decisões levando em consideração sua experiência e intuição, observando o processo operacional. Ou seja, os gestores não se baseiam em informações Segundo Dias (2010), a maioria das MPE’S não se utiliza da contabilidade como uma ferramenta aliada ao processo decisório, mas sim como um mal necessário decorrente das exigências fiscais.

Ainda conforme afirmação de Marion (1985 apud DIAS, 2010), na realidade, houve uma distorção por parte das MPE’S sobre a finalidade da contabilidade, pois seus gestores estão preocupados em atender as exigências do governo e, se possível, até mesmo ludibriá-lo, esquecendo-se dos elementos fundamentais para a sua sobrevivência, que são os dados para as tomadas de decisão.

A falta de habilidade para entender e manusear os artefatos fornecidos pela contabilidade nas Micro e Pequenas Empresas é uma das dificuldades encontradas em muitas pesquisas. Oliveira, Müller e Nakamura (2000) afirmam que ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis, tornando as demonstrações contábeis difícil de entendimento gerencial, sendo perceptível a imagem de que a contabilidade para os empresários existe apenas para o atendimento às exigências fiscais, e, conseqüentemente, fica relegado em segundo plano o atendimento às necessidades da gestão dos negócios; logo, acaba por gerando uma cultura de não utilizar da informação contábil nas respectivas empresas.

Afirma Stroeher e Freitas (2006) devido ao pequeno empresário, na maioria dos casos, não possuírem o conhecimento contábil suficiente, por vez não conseguem avaliar sua importância, não fazem uso da contabilidade para fins gerenciais. Crepaldi (2011) destaca que as empresas de pequeno porte normalmente são administradas pelos próprios sócios, que tem formação técnica ligada ao seu negócio, mas não possui formação administrativa de gestão, como administração, finanças, economia, marketing etc. Novamente, Stroeher e Freitas (2006), expressam que os empresários estão mais preocupados com as informações de origem tributária fornecidas pela contabilidade deixando de lado o planejamento, a organização, o controle.

Ademais, observaram que grande parte das Micro e Pequenas Empresas brasileiras enquadram-se como sendo familiares, que em muitos casos não possuem estrutura para administrar seu negócio e acabam por fechar as portas. Para Raza (2008, p. 16), “a falta de informações é o grande vilão das pequenas empresas”. Portanto, essa falta pelo real conhecimento e ainda, pela ausência de profissional contábil competente, tem acarretado grande número de falências, recuperações judiciais e encerramento de Micro e pequenas empresas, já nos seus primeiros anos de vida. Segundo Crepaldi (2004, p. 20), torna-se fundamental a contabilidade junto à vida econômica de uma empresa: “A Contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros”

2.16 ESTUDOS RELACIONADOS

A contabilidade na tomada de decisões tem sido objeto de pesquisas em todo o Brasil nos últimos anos. Os resultados de alguns desses estudos, que estão relacionados a presente pesquisa, estão demonstrados no Quadro 1:

ESTUDOS RELACIONADOS À PESQUISA		
AUTOR/ANO	OBJETIVO DA PESQUISA	CONCLUSÃO DA PESQUISA
Moreira et al. (2013)	Avaliar a percepção dos gestores sobre a importância atribuída às informações contábeis e sua utilização nos negócios	O estudo concluiu que a contabilidade é utilizada para atender obrigações fiscais e trabalhistas, em decorrência dos gestores não terem conhecimento da importância da informação contábil. Foi concluído, também, que os gestores com maior nível de formação compreendem a relevância da contabilidade, mas não manteriam o contador caso houvesse uma simplificação no recolhimento dos tributos.
Ribeiro, Freire e Barella (2013)	Apresentar a importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas, e a relevância de informações contábeis no processo de gestão, principalmente na tomada de decisões, na visão dos micro e pequenos empresários	O estudo concluiu que os gestores não utilizam a contabilidade como ferramenta gerencial para a formulação do processo de tomada de decisão, sendo que a maioria não possui conhecimento sobre a contabilidade para esse fim e, por consequência, utiliza a contabilidade somente para fins fiscais e legais da empresa.
Lima (2016)	Identificar como as informações contábeis, provenientes de um aplicativo móvel, estão sendo utilizadas por micro e pequenas empresas.	O estudo concluiu que a implantação do aplicativo permitiu que usuários que antes não possuíam acesso a informações do seu negócio tivessem a oportunidade de utilizar informações gerenciais como base para tomada de decisão. O fato de as informações estarem disponíveis por meio de dispositivos móveis se destacou como um diferencial facilitador de acesso à informação, fazendo com que ela seja acessada com uma frequência maior, tornando-se parte do planejamento da empresa e possibilitando decisões baseadas em informações sobre o negócio.
Xavier Filho e Moura, (2016)	Investigar como a informação advinda da contabilidade é utilizada no processo decisório em pequenas e médias empresas.	O estudo concluiu que o gestor não utiliza, ou pouco utiliza, informações contábeis em suas decisões. Evidenciou-se que o gestor toma decisões baseado em informações, porém as mesmas não advêm da contabilidade, mas de uma ferramenta de gestão (software).

Ferreira e Silva(2016)	Identificar como as micro e pequenas empresas do setor de vestuário e confecção de Goiânia utilizam as informações contábeis gerenciais no processo de tomada de decisões.	O estudo concluiu que as micro e pequenas empresas do segmento de confecções e vestiários, sediadas em Goiânia-GO, responsáveis por 52% dos empregos e 40% da massa salarial da capital goiana, não utilizam as informações geradas pela contabilidade gerencial para as tomadas de decisão, mas, sim, recorrem a experiências dos gestores de mercado. E 40% dessas empresas não estão dispostas a pagar por um serviço diferenciado dos contadores. E que esses contadores, restringem-se a apresentar apenas informações referente a questões fiscais e trabalhistas.
------------------------	--	--

A partir dos estudos relacionados que estão expostos no Quadro 1, evidencia-se que alguns estudos apontam carência de informação por parte dos gestores das micro e pequenas empresas.

Nota-se que as atividades contábeis ainda são muito vinculadas às exigências do Fisco, e que, por não saberem que as informações contábeis são fonte de informações importantes sobre a situação empresarial, estes gestores acabam não as utilizando para apoiar os processos decisórios. Lima (2016) aborda em seu estudo a implantação de um aplicativo que armazena informações contábeis das organizações.

Verificou-se, conforme o estudo de Lima (2016), que tendo essas informações à mão, em um meio bastante utilizado atualmente (internet), o acesso foi facilitado, o que tornou mais frequente o uso dessas informações, fazendo com que essas fizessem parte do dia-a-dia das empresas, tornando-as parte do planejamento e das tomadas de decisões das mesmas.

2.17 AS INFORMAÇÕES DA CONTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ESTUDOS CORRELATADOS

Para Melo e Leone (2015), as informações contábeis obtidas pelos empresários auxiliam nas decisões estratégicas da empresa, como a formação do preço de venda. Para os autores, a definição de uma estratégia competitiva, com o conhecimento dos custos de fabricação de um produto, ou da realização de um serviço, permite às MPE alcançarem a vantagem no mercado.

O estudo de Souza et al. (2014) verifica a percepção dos empresários de MPE acerca da Contabilidade de custos, com uma amostra de 37 empresas que responderam seu questionário. Por resultados, os autores apontam que os empresários das MPE possuem conhecimento de conceitos básicos em relação à Contabilidade (por volta de 79%), como conceito de custos, custos variáveis, logísticos e indiretos. Porém, também evidencia a falta de conhecimento em relação aos métodos de custeio como o ABC, absorção e custeio variável.

Para os autores, essa falta de conhecimento de conceitos mais complexos da Contabilidade de custos se deve, principalmente, ao fato de o comando da empresa ser do próprio proprietário, portanto nem sempre há um investimento em um profissional qualificado para realizar a Contabilidade da empresa. Clemente, Souza e Taffarel (2013) analisaram o conhecimento dos métodos de custeio e a utilização de ferramentas gerenciais de custos pelas MPE, por levantamento de dados, por meio de questionário entregue a 60 empresas de Curitiba.

Os autores averiguaram nas MPE da região que cerca de 38% de seus gestores declararam desconhecimento dos métodos de custeio e que 55% não utilizam nenhuma ferramenta gerencial. Por fim, um artigo de Ibarra e Velasco (2015) avaliou o conhecimento, as práticas e os controles contábeis em MPE e chegou à conclusão de que as empresas conhecem os próprios princípios contábeis e as práticas mais comuns incluem o controle de caixa, controle de despesas e estimativas de receita. Dessa forma, analisando os resultados dos estudos relacionados, percebe-se que há pouco conhecimento dos gestores a respeito de Contabilidade e das ferramentas gerenciais.

Sendo assim, este estudo se diferencia dos demais por tentar identificar a percepção dos empresários das MPE, em relação aos principais instrumentos que a Contabilidade dispõe para que os dados obtidos, por meio deles, se transformem em informação.

3 METODOLOGIA

Nossa coleta de dados baseou-se em levantamento bibliográfico através do acervo de livros encontrados na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas, juntamente com análise de artigos de revistas e sites especializados no assunto.

O Trabalho possui caráter exploratório, e foi feito com base em diversas literaturas que possuem ligação com o tema proposto, tendo como maior base livros de consultoria aplicada, específicos para micro e pequenas empresas brasileiras, conseguindo assim mais segurança quanto à aplicabilidade das ferramentas apresentadas.

A pesquisa explora soluções encontradas em livros de consultoria aplicada às micro e pequenas empresas, buscando apresentar quais os mecanismos da contabilidade gerencial seriam úteis e principalmente de possível aplicação nas empresas brasileiras de pequeno porte, considerando as suas dificuldades, e sendo levantadas suas vantagens e desvantagens para com estas, apresentando resultados de forma qualitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a contabilidade voltada à gestão não é algo tão simples, considerando a realidade do micro e pequeno empresário brasileiro, que assume o papel de “faz tudo” na empresa, quase não sobra tempo para dedicar ao conhecimento de administração e contabilidade, conhecimentos esses que são cruciais ao desenvolvimento e manutenção empresarial.

Voltando a atenção ao questionamento inicial proposto neste trabalho, de saber se as técnicas da contabilidade gerencial podem auxiliar no desenvolvimento empresarial do país, constatamos que existem alguns livros voltados ao micro e pequeno empresário, traduzindo todo esse complexo mundo de conhecimento de uma forma simplificada, para que seja de mais fácil entendimento, como o livro Gestão Financeira para Micro e Pequenas Empresas, de Luiz Roberto Antonik, que muito nos auxiliou, mas ainda assim todo esse entendimento demanda muito tempo por parte do gestor/administrador.

Sabendo dessa selva de desafios enfrentados pelos pequenos empresários, acreditamos veemente que nós contadores, no exercício de nossa profissão, dotados de conhecimento sobre gestão, podemos auxiliar essa grande quantidade de

pequenas empresas que estão sob nossos cuidados, que devido à complexidade tributária e excesso de obrigações acessórias, criou-se uma cultura onde o contador assume o papel de atender o fisco e gerar guias.

Entrementes, somos os que têm acesso a este conhecimento, e acesso às pequenas empresas, cabe a nós o papel e auto responsabilidade de oferecer uma contribuição concreta ao desenvolvimento do nosso país. E com as ferramentas apresentadas neste trabalho, mesmo sendo uma amostra ínfima do conhecimento estabelecido sobre gestão, o contador já pode auxiliar as MPE's muito além do habitual, é como diz Antonik: “a experiência mostra que, para ser grande, é preciso ser organizado e planejado. O ambiente de negócios do terceiro milênio é repleto de oportunidades, mas pune rigorosa e cruelmente os amadores e despreparados”.

ANTONIK, Luiz. **Empreendedorismo: Gestão Financeira para Micro e Pequenas Empresas**, Rio de Janeiro, Alta Books, 2016.

BERTI, Anélio. **Manual Prático de Consultoria, Diagnóstico e Análise Empresarial**, Curitiba, Juruá Editora, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 16/08/2019

CORBETT, T. N. **Contabilidade de Ganhos: a nova contabilidade gerencial de acordo com a Teoria das Restrições**. São Paulo: Nobel, 1997.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 6.ed. São Paulo : Atlas, 2010.

Elizeu Martins; Ernesto Rubens Gelbcke; Ariovaldo dos Santos ;Sérgio de Iudícibus: **Manual de Contabilidade Societária**. , 2º Ed. São Paulo, Fipecafi. 2013. ed. Atlas, 2013.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B.; GUERREIRO, R. **Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: Uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países**. Revista de Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n. 44, p. 9-22. 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2006. Teoria da contabilidade. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JÚNIOR, José Hernandez Perez., BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEI 6.404/76 Disponível em
: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm - Acesso em
07/10/2019

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez e BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Luciana M. & CAMPOS, Jonas Comin. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL**. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p 2442-2445, 2006.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. São Paulo: Frase, 1995.